



RESENHA

VILAÇA, Helena; OLIVEIRA, Maria João.  
A religião no espaço público português.  
Lisboa: Imprensa Nacional, 2019, 1ª Edição,  
225 pp. ISBN 978-972-27-2755-6.

*José Pereira Coutinho\**

Helena Vilaça e Maria João Oliveira são doutoradas em sociologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com teses sobre religião. Como referem na introdução, este livro surge das suas experiências de cooperação europeia, no âmbito das quais foram publicados textos, agora recuperados, assim como de outras experiências de investigação, para além da disponibilidade recente de dados empíricos portugueses e internacionais. Na mesma parte, definem os três objectivos do livro. Primeiro: analisar a Igreja Católica (IC) em Portugal e no contexto europeu. Segundo: analisar os desafios internos e externos para a IC, nomeadamente a pluralização. Terceiro: promover a discussão e a reflexão sobre o papel da religião no espaço público português.

A sociologia da religião em Portugal, porque tem tido poucos académicos ao longo da sua história, apresenta escassa obra. De cariz generalista, como este livro, as obras mais recentes têm mais de cinco anos: Duque (2014), Teixeira (2013) e Lopes (2010). Relativamente a Duque (2014), que caracterizou a religiosidade dos portugueses a jusante e a montante, Vilaça e Oliveira (2019) trazem dados mais recentes tanto do Pew Research Center (PRC), relativos a 2017, como do European Social Survey (ESS), relativos a 2016, o que permite um balanço bastante mais actualizado sobre o tema. Relativamente a Teixeira (2013), que analisou o campo religioso português de forma abrangente (catolicismo e minorias) e cujos dados foram muito utilizados por Vilaça e Oliveira (2019), estas apresentam dados mais recentes (PRC e ESS) e outras análises, nomeadamente sobre a estrutura da IC, a sua diversidade interna e Fátima, para além de novas perspectivas sobre as minorias. Relativamente a Lopes (2010), que analisou a IC, para além de trazerem dados mais actualizados e de outras fontes, apresentam a diversidade interna do catolicismo português e uma análise própria de Fátima.

A sociologia da religião em Portugal apresenta muitas lacunas, muitas linhas de investigação por desenvolver, pois os recursos humanos são escassos. Além disso, a falta de recursos financeiros, agravada pelas crises sucessivas na economia portuguesa, tem relegado as ciências sociais para segundo plano, sobretudo as áreas consideradas 'menos urgentes', como a religião. Contudo, o estudo da religião, em perspectiva sociológica,

---

\* Membro integrado do CITER-UCP (Porto, Portugal). Doutor em Sociologia (IUL). ORCID: 0000-0002-2733-3476 – contato: [jose.coutinho@numena.org.pt](mailto:jose.coutinho@numena.org.pt)

é de importância relevante, na medida em que, como referem as autoras no capítulo 1, nas páginas 42-43, socorrendo-se de Casanova, a presença da IC não dá sinais de enfraquecimento no espaço público português. Além disso, também como é assinalado no capítulo 7, as minorias religiosas em Portugal apresentam-se dinâmicas, mesmo que a hegemonia católica se mantenha e não se preveja a sua atenuação nos próximos anos. Resumindo, o campo religioso português apresenta-se activo tanto pelo seu actor maior como pelos actores mais pequenos. Por isso, impõe-se analisá-lo não só para o compreender, como também pela sua influência nas várias esferas sociais. É isto que este livro faz de forma proporcionada, destacando a IC, mesmo que as autoras sejam especialistas em minorias.

No capítulo 1, as autoras começam por analisar brevemente a relação entre o poder político e o poder religioso no contexto europeu, para enquadrar Portugal. Passam depois para a relação Estado/Igreja desde a fundação da nacionalidade, com destaque maior a partir da I República, relevando-se cada período de forma crescente até ao regime democrático. Esta relação Estado/Igreja é observada no final através de um caso, Fátima, o qual ocorre justamente desde a I República. Como referem as autoras na página 46, Fátima apresenta-se como um caso certo do recuo da privatização, à luz da teorização de Casanova, para além da posse de atributos de ambiguidade entre Estado e Igreja e das dicotomias modernas, como público/privado, entre outras. Certamente que este exercício historiográfico inibe sempre os sociólogos, pois estão cientes de que a história não é a sua disciplina, embora sempre essencial para se compreender as tendências de longo prazo. Este capítulo denota algumas ausências, como referências da História religiosa de Portugal (Azevedo, 2000/2002), havendo só uma do Dicionário de história religiosa de Portugal, ou autores como Luís Salgado de Matos, que tem estudado a relação Estado/Igreja, sobretudo do período, que as autoras privilegiam, do Estado Novo ao regime democrático (e.g., Matos, 2004).

No primeiro subcapítulo do capítulo 2, analisam-se cinco indicadores de religiosidade do PRC, situando Portugal no contexto da Europa ocidental. Desta análise realçam-se dois aspectos principais. Primeiro: Portugal destaca-se como tendo os valores mais elevados em quatro dos cinco indicadores, tendo o segundo maior no outro. Segundo: os países mais religiosos são católicos, enquanto os menos religiosos são protestantes, excepto a Bélgica. Embora as autoras refram estes dois aspectos, não desenvolvem explicações para o primeiro, ventilando brevemente o segundo. Além disso, esta comparação é discutível, pois encontram-se ausentes países tão ou mais religiosos, como Malta, Polónia ou Croácia. Para isso, poderiam ter sido usados também os dados do estudo do PRC relativos à Europa Oriental (PRC, 2018). No segundo subcapítulo, analisam-se cinco indicadores de religiosidade para Portugal, de forma longitudinal, assente em várias fontes. Talvez pudessem ter usado mais indicadores semelhantes nos dois subcapítulos, para a análise ser mais consistente; faltam algumas dimensões religiosas, como as crenças; e a junção de dados de duas bases de dados diferentes é muito discutível. As autoras são cautelosas no final deste subcapítulo, afirmando a complexidade do cenário religioso, mesmo defendendo a existência de tendências irrefutáveis. Provavelmente o uso de mais indicadores, referentes a outras dimensões religiosas, ofereceria conclusões mais sólidas.

No capítulo 3, as autoras analisam vários indicadores do último inquérito eclesial (Teixeira, 2013). Começam por esmiuçar as várias posições religiosas por sexo, escalão etário, grau de instrução e grupo socioprofissional, concluindo pela diversidade de padrões sociodemográficos por posição religiosa. De seguida, assentando sobretudo em Simmel, defendem a ideia de que a cidade é lugar de diversidade e de descrença, referindo que os sem religião e as minorias se encontram especialmente em contextos urbanos, metropolitanos e cosmopolitas de Portugal. Depois, avançam para uma análise da prática religiosa – a dicotomia praticante/não praticante, a frequência de actos de culto, as razões para praticar e a frequência da oração –, para todas as posições religiosas, restringindo algumas questões aos católicos – local de participação do culto e motivos para a escolha do mesmo. Por último, as autoras analisam crenças e valores para todas as posições religiosas. Este capítulo, devido à sua extensão e à quantidade relevante de indicadores usados, mereceria um resumo para ajudar o leitor a sintetizar a informação. Como se caracteriza a religiosidade das várias posições religiosas? Quais os pontos de afastamento e quais os pontos de proximidade? E, se possível, quais as razões para os mesmos, embora aqui tenham apresentado algumas.

No capítulo 4, analisa-se Fátima. Começam por discutir a pertinência do estudo da religiosidade popular e das peregrinações, assentes nos rituais, no seio das sociedades modernas. Como referem, há atributos gestuais e emotivos comuns a urbanos e a rurais, a mais escolarizados e a menos escolarizados, embora cada grupo tenha especificidades. De seguida, distinguindo praticante e peregrino, na acepção de Hervieu-Léger, e discutindo a eventual confluência dos mesmos em Fátima, caracterizam o peregrino e a peregrinação a Fátima. No subcapítulo seguinte, analisam a relação dos papas com Fátima, dos quais se realça João Paulo II, que esteve presente três vezes no santuário. Por último, as autoras apresentam Fátima como lugar de projecção global e de presença de várias religiões, como protestantes, hindus, budistas e muçulmanos, onde cada religião encontra aspectos próximos. Como defendem, a peregrinação tem algo de privatizado, de subjectivo, daí que cada pessoa aproprie o espaço à sua maneira. Notam-se duas ausências, duas teses de doutoramentos na área da religião, publicadas em livro: uma em sociologia (Lopes, 1992), outra em geografia (Santos, 2006).

No capítulo 5, as autoras estudam internamente a IC, assentes sobretudo no Anuário Católico, embora pudessem ter usado o Anuário Estatístico da Igreja (Vaticano), com dados mais antigos. Começam por analisar o pessoal religioso, o qual decresce nalguns casos (sacerdotes, religiosas e religiosos) e cresce nos diáconos permanentes. Embora as ordenações tenham caído, os candidatos aumentaram, mas com oscilações no período em ambos os casos. Depois, analisam a organização territorial, apresentando a distribuição do clero por diocese e comparando a população da mesma pelo número de padres. Curiosamente não apresentam um rácio sacerdotes/população, que facilitaria a apreensão da ideia. De seguida, estudam os vários campos de acção da IC: educação, saúde, assistência social, migrações, cultura e media. Na educação, destacam-se a qualidade e o peso dos estabelecimentos de ensino da IC, sobretudo no ensino pré-escolar e no 1º ciclo. Na saúde, destacam-se o peso dos hospitais católicos e o domínio da assistência espiritual católica. Na assistência social, evidencia-se o peso das várias entidades católicas, sobretudo as associações de solidariedade social. Nas migrações, destacam-se a

presença de figuras católicas em instituições estatais deste âmbito e o apoio dado pela IC aos imigrantes. Na cultura e nos media, a IC está presente sobretudo através do Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura, de jornais e de rádios, de onde se destaca o Grupo Renascença, para além da presença televisiva.

No capítulo 6, no primeiro subcapítulo, as autoras apresentam alguns movimentos eclesiais com base nalguns estudos de referência, advogando a sua importância inegável na sociedade portuguesa. Porém, fica-se com a sensação de que poderiam ter explorado melhor este tema, nomeadamente usando os dados disponíveis no Anuário Católico e oferecendo um retrato mais global dos mesmos. No segundo subcapítulo, discutem a posição da IC e o processo de aprovação ou discussão legislativa de alguns aspectos éticos: divórcio, procriação medicamente assistida, aborto, homossexualidade, eutanásia e identidade de género. De maneira geral, a posição da IC tem sido prudente não se imiscuindo em questões político-partidárias, mas deixando à consideração de cada católico a sua decisão, disponibilizando-se sempre para o esclarecimento. Por último, abordam algumas posições heterodoxas e ortodoxas sobre questões éticas por parte de algumas pessoas ou grupos da IC.

No capítulo 7, analisam o campo religioso minoritário em Portugal com destaque para os protestantes e evangélicos, conforme quatro razões apresentadas. Começam, assim, por estudar a origem das mesmas em Portugal, sendo os presbiterianos os primeiros a surgir, em 1838, na Madeira. De seguida, analisam a origem das outras confissões religiosas vindas depois de 1974, destacando as comunidades muçulmanas. Depois, analisam a Lei da Liberdade Religiosa (2001) e as suas implicações para as minorias religiosas, nomeadamente nas suas relações com o Estado. Por último, estudam o crescimento deste campo, olhando para as mudanças religiosas, onde não ocorrem, dominando a relação etnicidade/religião, sobretudo em muçulmanos, outros não cristãos e ortodoxos, e onde ocorrem, sobretudo em protestantes e evangélicos, outros cristãos e Testemunhas de Jeová. Continuam analisando a evolução dos vários grupos evangélicos, neopentecostais, pentecostais e novas igrejas, concluindo com Berger pela existência de ‘muitos altares’.

## Bibliografia

AZEVEDO, Carlos M. (Dir.). História religiosa de Portugal. 3 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000/2002.

DUQUE, Eduardo. Mudanças culturais, mudanças religiosas: perfis e tendências da religiosidade em Portugal numa perspectiva comparada. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2014.

LOPES, Policarpo. Signification de Fátima dans une situation d’émigration. Albufeira: Poseidon, 1992.

LOPES, Policarpo. Para uma sociologia do catolicismo. Lisboa: Rei dos Livros, 2010.

MATOS, Luís S. O estado de ordens. Lisboa: ICS, 2004.

PEW RESEARCH CENTER. Eastern and Western Europeans differ on importance of religion, views of minorities, and key social issues. 2018. Disponível em: <<http://www.pewforum.org/2018/10/29/eastern-and-western-europeans-differ-on-importance-of-religion-views-of-minorities-and-key-social-issues>>. Acesso em: 01 mar 2019.

SANTOS, Maria P. Espiritualidade, turismo e território: estudo geográfico de Fátima. São João do Estoril: Principia, 2006.

TEIXEIRA, Alfredo (Org.). Crer e pertencer: a sociedade portuguesa no início do século XXI. Didaskalia, v. XLIII, n. 1/2, Lisboa, 2013.

Recebido: 01/09/2020

Aprovado: 25/09/2020

Editor: Eduardo Cruz